



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECLAMAÇÃO Nº 42050 - SP (2021/0218724-3)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
RECLAMANTE : F V DE O
RECLAMANTE : B A P
ADVOGADOS : TATIANA ROBERTA JESUS VIEIRA - SP322909
ADRIANO ROSADO LANDGRAF - SP390446
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : B DE O B

DECISÃO

Cuida-se de reclamação, com pedido de liminar, ajuizada por F. V. DE O. e B. A. P. contra ato do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do Agravo Interno em Recurso Especial n. 1004722-84.2018.8.26.0566/50000.

Aduz que o Tribunal *a quo* deixou de observar jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "o qual aplicou o princípio da instrumentalidade das formas para possibilitar a análise de um recurso que, embora fosse adequado para a impugnação pretendida e tivesse preenchido os pressupostos de admissibilidade, foi interposto com a denominação equivocada" (fl. 7).

Sustenta que, segundo o art. 988, inciso II, do CPC, "é cabível reclamação da parte interessada para garantir a autoridade das decisões do tribunal" (fl. 15), bem como o art. 927, inciso IV, que preceitua que os "juízes e tribunais deverão observar os enunciados do STJ em matéria infraconstitucional, garantindo-lhe autoridade por consequência" (fl. 15).

Requer o provimento da presente reclamação para "sustar de imediato os efeitos do despacho de fls. 514/517, proferido pelo Excelentíssimo Desembargador Vice Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que não conheceu do recurso de agravo" (fl. 16).

É, no essencial, o relatório. Decido.

A reclamação prevista no art. 105, I, *f*, da Constituição Federal é garantia constitucional destinada à preservação da competência do Superior Tribunal de Justiça ou para garantir a autoridade de suas decisões em caso de descumprimento ou de cumprimento em desacordo com os limites do julgado aqui proferido.

Contudo, o pleito não se enquadra em nenhuma das hipóteses de cabimento de reclamação, uma vez que inexistente decisão desta Corte proferida no caso concreto e sendo descumprida.

Importa asseverar que, conforme jurisprudência do STJ, não é possível a interposição de reclamação como sucedâneo recursal para dirimir divergência jurisprudencial:

A reclamação constitucional não é a via adequada para preservar a jurisprudência do STJ, mesmo que firmada em recurso repetitivo, mas sim a autoridade de suas decisões tomadas no próprio caso concreto. (AgRg na Rcl n. 25.299/SP, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Seção, DJe de 4/12/2015.) A reclamação constitucional não é instrumento útil para adequar os julgados do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, mesmo que proferidos em sede de recurso repetitivo. Tal procedimento se destina a fazer cumprir decisão proferida em caso concreto que envolva as partes postas no litígio do qual oriundo a reclamação. (AgRg na Rcl n. 22.505/SP, Segunda Seção, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 15/4/2015).

Assim, inexistindo acórdão do Superior Tribunal de Justiça no caso concreto envolvendo as mesmas partes ora em litígio, não há falar em admissibilidade da reclamação em análise, por ausência de pressuposto formal da ação.

Ante o exposto, indefiro liminarmente a reclamação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente